



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Balancos patrimoniais em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	425.055	186.580
Depósitos bancários vinculados	9	32.758	85.229
Clientes	11	294.430	202.901
Contas a receber - partes relacionadas	10	4.459	14.734
Estoques	12	65.923	54.735
Adiantamentos		8.067	5.209
Despesas antecipadas	13	42.284	37.377
Impostos a recuperar	14	5.746	5.042
IR e C.S. a recuperar	14	16	16
Instrumentos financeiros derivativos	31	5.119	-
Total do ativo circulante		883.857	591.823
Não circulante			
Despesas antecipadas	13	15.789	276
Impostos a recuperar	14	1	3
Impostos diferidos	15	569.835	587.316
Instrumentos financeiros derivativos	31	4.343	-
Depósitos bancários vinculados	9	10.306	11.654
Imobilizado	16	4.122.750	4.346.296
Intangível	17	27.248	28.738
Direito de uso	18	296.928	295.199
Total do não ativo circulante		5.047.200	5.269.482
Total do ativo		5.931.057	5.861.305
	2024	2023	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	19	102.296	99.276
Salários e encargos a pagar	20	11.722	12.441
Contas a pagar - partes relacionadas	10	321.835	144.046
Empréstimos e financiamentos	23	430.511	380.551
Impostos e contribuições a recolher	21	22.149	31.891
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	55.562	38.420
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	16.951
Passivos de arrendamento	18	74.247	93.504
Outras Contas a Pagar		80	80
Total do passivo circulante		1.018.402	817.160
Não circulante			
Fornecedores	19	-	39.725
Contas a pagar - partes relacionadas	11	764.527	506.257
Mútuo - partes relacionadas	11	241.751	217.133
Empréstimos e financiamentos	23	3.179.637	3.042.528
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	2.403
Salários e encargos a pagar	20	3.504	1.670
Provisão para contingências	24	330	279
Impostos diferidos	15	-	18.003
Passivos de arrendamento	18	706.812	552.559
Total do passivo não circulante		4.896.561	4.380.557
Patrimônio líquido	25		
Capital social		1.007.002	1.007.002
Reservas de capital		1.007.002	1.007.002
Outros resultados abrangentes		5.990	(12.219)
Prejuízos acumulados		(2.003.900)	(1.338.197)
Total do patrimônio líquido		16.094	663.588
Total do passivo e patrimônio líquido		5.931.057	5.861.305

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos	(679.375)	(606.665)	-
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	225.461	232.169	-
Baixa do imobilizado	4	11.469	-
Baixa de contas a receber - partes relacionadas	-	101.640	-
Diferimento de seguro	28.033	46.844	-
Provisão de custos - contrato subordinado	178.345	-	-
Reversão de provisão de custos da Reconciliation Invoice (nota 10 - partes relacionadas)	(21.851)	-	-
Provisão de contingências	51	279	-
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	90	11	-
Encargos setoriais e benefícios tributários - provisão	28.692	14.354	-
Variação monetária e cambial	42.943	(8.863)	-
Juros sobre mútuo	24.618	24.690	-
Juros sobre contrato - subordinado	6.154	6.302	-
Variação cambial - contrato subordinado	133.087	(30.240)	-
Inefetividade - hedge	(1.117)	6.242	-
Juros sobre passivo de arrendamento	87.721	91.075	-
Variação cambial sobre passivo de arrendamento	126.750	(39.151)	-
Juros apropriados sobre empréstimos bancários	411.134	382.462	-
Encargos financeiros / Fee apropriados	10.866	24.681	-
Gain/Loss hedge	11.278	6.304	-
Custo de transação	41.790	42.181	-
Resultado líquido ajustado	654.674	305.784	
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:			
Impostos a recuperar	(702)	(2.184)	-
Despesas antecipadas	(42.774)	(5.454)	-
Clientes	(91.529)	(79.860)	-
Estoques	(11.188)	168.147	-
Adiantamentos	(2.858)	14.708	-
Outros valores a receber	-	31.681	-
Contas a receber - partes relacionadas	10.275	33.257	-
Fornecedores	(36.806)	(29.070)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	140.053	52.312	-
Impostos e contribuições a recolher	(13.512)	26.422	-
Encargos setoriais e benefícios tributários	(11.550)	(9.087)	-
Liquidação de operações de hedge - custo	(11.278)	(6.304)	-
Salários e encargos a pagar	1.115	2.510	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	583.920	502.862	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado	(40.471)	(66.102)	-
Aquisição de bens do intangível	(316)	(306)	-
Indenização Acciona	15.736	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(25.051)	(66.408)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital por acionista	-	81.200	-
Aumento de reserva de capital por acionista	-	81.200	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	150.000	-	-
Pagamento passivo de arrendamento	(96.556)	(141.502)	-
Pagamento de principal de empréstimos	(115.369)	(130.998)	-
Pagamento de juros de empréstimos	(295.594)	(223.296)	-
Pagamento de encargos financeiros	(15.758)	(23.473)	-
Depósito bancário vinculado	53.139	13.590	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(320.138)	(343.279)	
Aumento do caixa e equivalente de caixa	238.731	93.175	
No início do exercício	186.580	93.592	-
No fim do exercício	425.055	186.580	-
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa	256	187	-
Aumento do caixa e equivalente de caixa	238.731	93.175	

AREA-2 - UTE GNA-I - PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA. Documento: LO Nº IN051787 Data de Emissão: 08/12/20 Vigência: 08/12/2028. b. Continuidade operacional: As DFs foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. No exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes. Tal situação foi devidamente tratada pela administração através de um aporte adicional de capital por parte dos acionistas em montante equivalente à sua participação acionária na Cia., incrementando o Capital Social na data de 20/04/23, pelo valor de R\$ 162.400, conforme mencionado na nota 18 patrimônio líquido. Em 21/06/23, o montante de dívida correspondente a um período de realização superior a 12 meses foi devidamente reclassificado para o passivo não circulante, como resultado do aporte de capital dos acionistas para cura do covenants, conforme mencionado acima. A Cia. sofreu prejuízo líquido no montante de R\$ 665.703 para o exercício findo em 31/12/24 (prejuízo líquido reapresentado de R\$ 476.030 em 31/12/23), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 134.545 (o passivo circulante excede o ativo circulante representado em R\$ 225.337 em 31/12/23). Em 31/05/24 ocorreu o início do comissionamento de UTE GNA II, fato que permitiu um compartilhamento de custos operacionais de UTE GNA I e que trará, de forma gradual, uma melhora na margem operacional da Cia. Além disso, a margem operacional é positivamente impactada anualmente pelo efeito combinado de receitas fixas indexadas ao IPCA, balanceada por custos fixos e despesas gerais evoluindo abaixo da inflação. Por fim, a amortização do saldo devedor da dívida confere um perfil decrescente de gastos com juros a cada exercício futuro. Em 30/01/24, a Cia. obteve um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 150.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A. A operação, realizada na modalidade "Notas Comerciais Escriturais", possui prazo de 1 ano, custo de CDI + 2,25% e amortização "bullet" no vencimento. Os recursos serão destinados unicamente ao pagamento de cargas de gás. Em 27/12/24, o vencimento das Notas Comerciais foi prorrogado em 1 ano, encerrando assim em 05/01/2026. A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a Cia. terá geração de caixa gradativamente melhorada ao longo dos períodos, e suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos de curto e LPs. Portanto, a administração considera em sua melhor estimativa que o risco de ocorrência de quaisquer inadimplimentos e consequente continuidade operacional estão mitigados. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 24/02/25. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 6. **Reapresentação dos valores correspondentes de 2024 e 2023:** Com a iminente entrada em operação comercial da UTE GNA II, foi implementada uma nova dinâmica operacional entre as térmicas, denominada *In Tank Transfer* (ITT), que viabiliza a transferência de moléculas entre unidades. Esse processo é essencial para garantir o suprimento contínuo de GNL, considerando a capacidade de armazenamento da FSRU e às condições específicas de despacho das térmicas. Embora a metodologia atualmente adotada não seja a mais eficiente do ponto de vista contábil e fiscal, sua aplicação será necessária em cenários de alta demanda operacional, especialmente considerando o horizonte de concessão das térmicas, superior a 20 anos. Diante desse contexto, a Cia. conduziu um estudo abrangente, com o objetivo de identificar a abordagem contábil e fiscal mais adequada, mitigar impactos financeiros para as partes envolvidas e alinhar as operações às melhores práticas de mercado. Os estudos concluíram que as transferências de GNL entre as térmicas devem ser tratadas como operações de compra e venda ou instrumento financeiro, conforme exigido pelas normas aplicáveis. Para garantir a neutralidade financeira dessas transações e atender à cláusula de "Hold Harmless" entre as partes, estabeleceu-se que o preço de venda dos volumes negociados deve corresponder ao custo do inventário da carga transferida no momento da operação. Embora o método de custo médio tenha sido utilizado anteriormente pela Cia. para precificação do inventário devido à sua praticidade, verificou-se que, com a incorporação do ITT, sua aplicação poderia gerar distorções contábeis e fiscais, comprometendo a neutralidade financeira desse tipo de transações. O custo médio recalcula constantemente o valor unitário do estoque, o que pode levar a transferências de moléculas de GNL a valores diferentes do custo original da carga adquirida, criando inconsistências na precificação e impactos tributários indesejados. Em contrapartida, a aplicação do método PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) assegura que o preço de transferência reflita exatamente o custo da carga mais antiga que está sendo retirada do estoque, promovendo maior precisão e neutralidade na precificação. Em conclusão, para esta nova dinâmica operacional, a adoção do método PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) traz uma série de benefícios operacionais, contábeis e regulatórios, incluindo: • Simplificação do processo de precificação, garantindo que cada volume transferido reflita exatamente o preço da carga adquirida no momento da operação; • Mitigação de impactos financeiros indesejados entre UTE GNA I e UTE GNA II, eliminando distorções causadas por variações de preço ao longo do tempo; • Adesão às exigências contratuais do contrato de compra e venda de GNL entre UTE GNA I e UTE GNA II, garantindo que o custo da molécula transferida corresponda à estrutura contratual original, evitando disputas regulatórias e comerciais; • Facilidade na reconciliação do preço do ITT, pois a diferença entre *Henry Hub* (HH) e *Japan Korea Marker* (JKM) será baseada na data de aquisição da carga transferida; • Garantia de neutralidade de custos, assegurando que as transações sejam realizadas sem geração de lucro para nenhuma das partes envolvidas, conforme as exigências contratuais; • Maior precisão na apuração tributária, garantindo que o custo da carga transferida reflita exatamente o custo da compra original, evitando distorções na base de cálculo de impostos; • Transparência e previsibilidade para órgãos reguladores, evitando variações artificiais de preços que poderiam gerar questionamentos sobre práticas comerciais entre GNA I e GNA II. A Cia. efetuou determinados ajustes, aplicáveis às DFs relativas aos exercícios findos em 31/12/24 e 2023, após o encerramento, aprovação e publicação das DFs. As modificações efetuadas foram as seguintes: **i) Apresentação da demonstração do resultado:** A demonstração do resultado originalmente apresentada referente aos exercícios findos em 31/12/24 e 2023 apresentava a mensuração do custo do estoque por custo médio. Subsequentemente ao fechamento da demonstração financeira de 2023, a Administração identificou a necessidade de alterar a mensuração do custo de estoque para PEPS (primeiro que entra e primeiro que sai). Ressaltamos a ausência de materialidade nos períodos anteriores, não havendo impacto significativo nas DFs nem necessidade de reapresentação dos saldos iniciais. Essa alteração gerou os seguintes ajustes:

Nota explicativa	Tema	Linhas	2024	2023
12	Estoques	Estoque GNL	1.985	(16.246)
		Total estoque	1.985	(16.246)
22	Encargos setoriais	Contribuição decreto 45.308/15	(40)	325
		Total encargos setoriais	(40)	325
25	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido do exercício	2.025	(16.571)
		Total patrimônio líquido	2.025	(16.571)
27	Custos	Consumo operação GNL	18.231	(16.034)
		Custos Despesas gerais e manutenção	365	(321)
		Total custos	18.596	(16.355)

• Estoques - A reapresentação no exercício de 2023 gerou uma redução no montante de R\$ 16.246, e no exercício de 2024 um aumento no montante de R\$ 18.231, totalizando o aumento no montante de R\$ 1.985 na linha de GNL. • Encargos setoriais e benefícios tributários - A reapresentação do exercício de 2023 gerou um aumento no montante de R\$ 325, e no exercício de 2024 a redução no montante de R\$ 365, totalizando a redução no montante de R\$ 40. • Custos - A reapresentação nas linhas consumo operação GNL e despesas gerais e manutenção no exercício de 2023 gerou o aumento no custo no montante de R\$ 16.355, e no exercício de 2024 gerou a redução no custo no montante de R\$ 18.596. Apresentamos abaixo os efeitos gerados pelos assuntos descritos acima:

	2024	2024	2024	2023	2023	2023	
	Antes da mudança de política contábil	Ajuste	Posterior as mudanças de políticas contábil	Originalmente apresentado	Ajuste	(Reapresentado)	
Balanco patrimonial (Ativo):							
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	425.055	-	425.055	-	186.580	
Depósitos bancários vinculados	9	32.758	-	32.758	-	85.229	
Clientes	11	294.430	-	294.430	-	202.901	
Contas a receber - partes relacionadas	10	4.459	-	4.459	-	14.734	
Estoques	12	63.938	1.985	65.923	(16.246)	54.735	
Adiantamentos	13	8.067	-	8.067	-	5.209	
Despesas antecipadas	13	42.284	-	42.284	-	37.377	
Impostos a recuperar	14	5.746	-	5.746	-	5.042	
IR e C.S. a recuperar	14	16	-	16	-	16	
Instrumentos financeiros derivativos	31	5.119	-	5.119	-	-	
Outros valores a receber		-	-	-	-	-	
Total do ativo circulante		881.872	1.985	883.857	(16.246)	591.823	
Não circulante							
Despesas antecipadas	13	15.789	-	15.789	-	276	
Impostos a recuperar	14	1	-	1	-	3	
Impostos diferidos	15	569.835	-	569.835	-	587.316	
Instrumentos financeiros derivativos	31	4.343	-	4.343	-	-	
Depósitos bancários vinculados	9	10.306	-	10.306	-	11.654	
Imobilizado	16	4.122.750	-	4.122.750	-	4.346.296	
Intangível	17	27.248	-	27.248	-	28.738	
Direito de uso	18	296.928	-	296.928	-	295.199	
Total do não ativo circulante		5.047.200	-	5.047.200	-	5.269.482	
Total do ativo		5.931.057	1.985	5.931.057	(16.246)	5.861.305	
Balanco patrimonial (Passivo e patrimônio líquido):							
		2024	2024	2024	2023	2023	
		Antes da mudança de política contábil	Ajuste	Posterior as mudanças de políticas contábil	Originalmente apresentado	Ajuste	(Reapresentado)
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	19	102.296	-	102.296	-	99.276	
Salários e encargos a pagar	20	11.722	-	11.722	-	12.441	
Contas a pagar - partes relacionadas	10	321.835	-	321.835	-	144.046	
Empréstimos e financiamentos	23	430.511	-	430.511	-	380.551	
Impostos e contribuições a recolher	21	22.149	-	22.149	-	31.891	
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	55.562	(40)	55.562	38.995	325	
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	-	16.951	-	
Passivos de arrendamento	18	74.247	-	74.247	-	93.504	
Outras Contas a Pagar		80	-	80	-	80	
Total do passivo circulante		1.018.442	(40)	1.018.402	816.835	325	
Não circulante							
Fornecedores	19	-	-	-	-	39.725	
Contas a pagar - partes relacionadas	11	764.527	-	764.527	-	506.257	
Mútuo - partes relacionadas	11	241.751	-	241.751	-	217.133	
Empréstimos e financiamentos	23	3.179.637	-	3.179.637	-	3.042.528	
Encargos setoriais e benefícios tribut							



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Demonstração do resultado do exercício

Table with columns for 2024, 2023, and 2022, showing financial results like Receita líquida, Custo de bens e/ou serviços, Resultado líquido do exercício, etc.

Demonstração do resultado abrangente

Table with columns for 2024, 2023, and 2022, showing comprehensive results including Prejuízo líquido do exercício and Total do prejuízo abrangente do exercício.

3 Base de mensuração:

As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justo por outros resultados abrangentes. 4 Moeda funcional: Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 5 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DFs estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 15 - reconhecimento de impostos de renda e C.S. diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados; Notas 16 e 17 - definição da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, bem como a avaliação da recuperabilidade dos ativos; Nota 16.1 - Avaliação de trigger e do teste para impairment: principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos; Nota 24 - Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. 6 Políticas contábeis materiais: A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. Classificação e Mensuração Subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base: - no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros; - nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Cia. mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cia. pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cia. altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) Instrumentos financeiros derivativos: A Cia. faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido. No início de relacionamentos de hedge designados, a Cia. documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Cia. também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. Hedges de fluxo de caixa: Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são Lidas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. c. Imobilização: c.1 Imobilização em operação e administrativo: Reconhecimento e mensuração: Itens de imobilização são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando perdas significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilização. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes: Móveis e utensílios: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Beneficiárias em propriedades de terceiros: 25 anos; Imobilizado em operação (*): 23 anos. (*) A Cia. contratou a consultoria de empresa especializada em avaliação de vida útil de ativos durante o exercício de 2021 para avaliar o imobilizado em operação. Itens de Imobilização (operação): Tempo de depreciação: Edificações, Obras civis e benfeitorias: 23 anos; Máquinas e equipamentos: 6 a 23 anos; Móveis e utensílios: 6 a 23 anos; Servidores: 23 anos; Softwares: 5 anos; Veículos: 7 anos. b.2 - Peças sobressalentes O&M e LTMP: Reconhecimento e mensuração: As peças sobressalentes são reconhecidas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de uma peça sobressalente são reconhecidos no resultado. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia. A vida útil estimada das peças sobressalentes é de 23 anos, devido elas fazerem parte de um conjunto de peças que formam uma turbina a vapor. d. Intangível: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil econômica. Ltda. ao prazo de vencimento do contrato de Power Purchase Agreement (PPA). As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes: Licença de uso de Software: 5 anos; Direito de exploração: 23 anos. e. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável

Table with columns for 2024, 2023, and 2022, showing financial results like Receita líquida, Custo de bens e/ou serviços, Resultado líquido do exercício, etc.

tos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Cia. reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. 7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/24. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs: IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IR. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional redefinido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas DFs. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas DFs. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Cia. ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Cia., a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Cia. também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas DFs. Outras Normas Contábeis: Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7. Com base na avaliação da Administração, as normas não afetarão materialmente as DFs da Cia.

8 Caixa e equivalente de caixa

Table with columns for 2024, 2023, and 2022, showing Caixa e bancos a, Aplicações financeiras, etc.

9 Depósitos bancários vinculados

Table with columns for 2024, 2023, showing Depósito para serviço da dívida, Ativo circulante, etc.

10 Partes relacionadas:

A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e stakeholders da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/24 e 31/12/23, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

Main table with columns for 2024, 2023, and 2022, showing financial results like Saldo em 1º janeiro de 2023, Pagamento para serviço da dívida, Depósito para serviço da dívida, etc.



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Financial statements table with columns for BP Global, Prumo Logística S.A., and various financial metrics like Saldo em 1º/01/23, Saldo em 31/12/23, and Saldo em 31/12/24.

Financial statements table with columns for Estoque O&M, Estoque GNL, Estoque MGO, and various financial metrics like Saldo em 1º/01/23, Saldo em 31/12/23, and Saldo em 31/12/24.

Financial statements table with columns for Juros pagamento subordinado, Juros pagamento subordinado - PdA até ano 2022, and various financial metrics like Saldo em 1º/01/23, Saldo em 31/12/23, and Saldo em 31/12/24.



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Em consonância ao CPC 20 (R1), os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo, desta forma, a Cia. apropriou a parcela de custo de captação e dos juros ao imobilizado em curso até entrada em operação que ocorreu em 16/09/21. **Covenants financeiros e não financeiros:** Os contratos de financiamento possuem cláusulas com covenants financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores DFs, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislativas ambientais aplicáveis, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio. Dentre os covenants financeiros está incluída a obrigação de manutenção do índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") acima de 1,10 vezes, apurado anualmente ao fim de cada ano, com base nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à medição, após 12 meses do início das operações (conforme estabelecido no contato). Para o exercício de 2024 foi apurado o ICSD de 1,14 vezes (em 31/12/23 foi 1,16 vezes), atendendo, portanto, o requerido contratualmente. **24 Provisão para contingências: a) Contingências prováveis**

	2024	2023
Processos trabalhistas	330	279
Total	330	279

Atualmente a Cia. possui dois processos contingentes judiciais, em que consta considerada como réu e com prognóstico de perda provável, no valor total de R\$ 330. Esclarece-se que os processos trabalhistas envolvem, respectivamente, disputa legal entre a GNA I e seu funcionário (pleito de indenização de periculosidade), bem como e sobre questão sindical (representatividade). Em dezembro de 2024 houve atualização do valor da contingência em R\$ 47. A movimentação em 31/12/24 e 2023 das contingências prováveis foram:

	2024	2023
Saldo em 1º/01/23	-	-
Adições	279	279
Adições em 31 de dezembro 2023	51	51
Saldo em 31/12/24	330	330

a) Contingências possíveis: A Administração realiza uma avaliação periódica de processos administrativos e judiciais em que a Cia. possa ser envolvida. A prática de registro contábil de provisão para contingência é baseada na classificação de probabilidade de perda provável, definida pela Administração com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos. Na avaliação de nossos assessores jurídicos internos e externos, estes casos possuem um prognóstico de perda possível. Em 31/12/24 a Cia. possuía R\$ 149.614 (R\$ 185.000 em 31/12/23) relacionados a exposições passivas cuja probabilidade de perda é considerada possível. Detalhamos abaixo as principais exposições existentes: **• Auto de Infração sobre Remessas ao Exterior:** A UTE GNA I recebeu uma autuação em 27/02/24 referente ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE") e de IR Retido na Fonte ("IRRF"), relativos ao período 03/19 a dezembro de 2019, cumulados com juros de mora e multa de ofício, no valor total de R\$ 611.266. Os referidos impostos informados no auto de infração seriam incidentes sobre operações de remessa de recursos ao exterior, cujas naturezas foram identificadas como importação de mercadorias, pagamento de prêmio de seguro, Commitment fee e "outras remessas". Em 27/03/24, a UTE GNA I apresentou Impugnação em face dos autos de infração. Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"), para distribuição e julgamento da Impugnação. A GNA I analisou o documento em conjunto com seus especialistas jurídicos e tributários e chegou à conclusão de que os argumentos e fatos utilizados para a autuação da Cia. não possuem fundamentação adequada para o valor total cobrado em autuação. Portanto, a Cia., em sua melhor estimativa, considera que o montante equivalente à probabilidade de perda possível monta a R\$ 161.131. Excluindo-se a parcela avaliada como probabilidade de perda informada acima, o montante remanescente deste auto de infração é avaliado pela Administração com prognóstico de perda remoto. Em setembro de 2024 os autos do Processo formal distribuídos para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba/PR. Estamos aguardando o julgamento da Impugnação apresentada. Em novembro de 2024 foi proferido acórdão pela Delegacia de Julgamento que julgou parcialmente procedente a Impugnação apresentada pela UTE GNA I, reconhecendo (i) a autuação das remessas à Acciona Industrial e Siemens AG pelo IRRF 25% e CIDE 10%; (ii) a não incidência da CIDE sobre as demais remessas realizadas à Innowera; e (iii) o efetivo recolhimento do IRRF sobre a remessa não informada em DCTF realizada à BP GLOBAL INVESTMENTS LIMITED. Em dezembro de 2024 a UTE GNA I apresentou Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 109-023.018 proferido pela 12ª Turma da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil-09, que julgou a Impugnação procedente em parte. Atualmente os autos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-MF-DF, aguardando distribuição e sorteio de relator para julgamento do Recurso Voluntário. **• Arbitragem Acciona:** A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem no dia 29/04/21, junto ao Tribunal ICC (International Chamber of Commerce), na qual foi requerida em procedimento instaurado pelas prestadoras de serviço Acciona Construção e Acciona Industrial, as quais foram contratadas para viabilizar a implantação de projeto do terminal de GNL. Em 20/01/22, a Acciona apresentou as suas "alegações iniciais" onde requerem cerca de R\$ 185.000 (R\$ 185.000 em 31/12/23) para compensar possíveis perdas resultantes da violação de obrigações contratuais. Em 05/03/24 foi realizado acordo, no qual a Acciona realizou o pagamento do valor de R\$ 20.000 para a UTE GNA I. A sentença arbitral homologou o acordo entre as Partes em 11/10/24.

	2024	2023		
25 Patrimônio líquido				
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% participação	Quantidade de ações ordinárias	% participação
GNA Infra	904.086	44,89%	904.086	44,89%
Siemens	445.297	22,11%	445.297	22,11%
SPIC	664.621	33,00%	664.621	33,00%
Total	2.014.004	100,00%	2.014.004	100,00%

a. Capital social: Em 31/12/24 e 2023, o capital social da Cia. é igual a R\$1.007.002, representado por 2.014.004 ações ON e sem valor nominal. A movimentação no exercício é demonstrada no quadro abaixo:

	Acionista			
	GNA Infra	Siemens	SPIC	Capital social
Saldo em 1º/01/23	415.592	204.695	305.515	925.802
20/04/23 – Equity Cure	36.451	17.953	26.796	81.200
Saldo em 31/12/23	452.043	222.648	332.311	1.007.002
Saldo em 31/12/24	452.043	222.648	332.311	1.007.002

b. Reserva de capital: Em 31/12/24 e 2023 a reserva de capital da Cia. é de R\$1.007.002, onde a GNA Infra possui o montante de R\$452.043, Siemens R\$222.648 e a SPIC R\$332.311. Movimentação no período, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Acionista			
	GNA Infra	Siemens	SPIC	Reserva de capital
Saldo em 1º/01/23	415.592	204.695	305.515	925.802
20/04/23 – Equity Cure	36.451	17.953	26.796	81.200
Saldo em 31/12/23	452.043	222.648	332.311	1.007.002
Saldo em 31/12/24	452.043	222.648	332.311	1.007.002

c. Reserva legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nos períodos findos em 31/12/24 e 2023, a Cia. apresentou prejuízo não havendo constituição de reserva legal.

d. Dividendos: As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76. Nos períodos findos em 31/12/24 e 2023, a Cia. apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

e. Outros resultados abrangentes: Os saldos que compõem outros resultados abrangentes são relacionados ao reconhecimento da marcação a mercado do hedge accounting, imposto diferido reconhecido dessas marcações a mercado. **26 Receita líquida de serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Cia., quando é possível retratar a transferência de bens e ou serviços, neste caso o fornecimento de energia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita por disponibilidade, geração e comercialização de energia elétrica (faturada e provisionada) e pela venda de energia no mercado de curto prazo, ambiente CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. O prazo de vigência do contrato de autorização é de 23 anos, encerrando em maio de 2044. No exercício de 2024, a Cia. apurou receita variável no período de julho a dezembro, dadas as condições climáticas de extremo calor, que provocaram um aumento elevado na demanda de energia, recebendo ordens de despacho do ONS durante esse período. A composição da receita líquida da Cia. é conforme quadro abaixo:

	2024	2023
Receita bruta		
Mercado Regulado Receita Fixa	1.102.029	1.047.440
Mercado Regulado Receita Variável	485.524	17.908
Mercado de Curto Prazo	204.091	60.631
Venda de GNL	43.605	-
Total	1.835.249	1.125.979

	2024	2023
Encargos sobre faturamento		
PIS/COFINS – Mercado Regulado	(146.848)	(98.546)
ICMS/FECP – Mercado Regulado	(28.536)	(16.852)
Encargos setoriais – Mercado Regulado	(13.928)	(9.354)
PIS/COFINS – Mercado Curto Prazo	(18.879)	(5.609)
Encargos setoriais – Mercado Curto Prazo	(1.834)	(545)
PIS/COFINS – Venda de GNL	(3.549)	-
ICMS – Venda de GNL	(5.233)	-
Total	(218.807)	(130.906)
Receita líquida	1.616.442	995.073

	2024	2023 (Reapresentado)
27 Custos de bens e/ou serviços prestados		
Consumo operação GNL a)	(612.754)	(167.539)
Serviços operacionais	(329.590)	(298.820)
Depreciação e amortização	(222.353)	(229.286)
Impostos, multas e taxas	(151.876)	(135.716)
Despesas gerais e manutenção	(8.976)	(45.345)
Seguros	(27.998)	(46.719)
Pessoal	(5.783)	(5.451)
Consumo operação MGO b)	(1.982)	(1.424)
Outras	427	(18.526)
Total	(1.360.885)	(948.826)

a) Parcela do consumo de estoque GNL para operação conforme informado na nota 12 e em 31/12/24 consumo referente a venda de GNL para a empresa UTE GNA I no montante de R\$ 34.777. b) Arbitragem da bpGM, com o resultado favorável a bpGM a respeito do contrato de suprimento de GNL, foi revisado o valor da 8ª carga de GNL para baixo, gerando o resultado positivo no custo. c) Parcela do consumo de estoque MGO para operação conforme informado na nota 12.

	2024	2023
28 Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(19.229)	(17.915)
TI e Telecom	(2.788)	(2.182)
Depreciação e amortização	(2.389)	(2.166)
Consultoria e auditoria	(4.055)	(4.241)

Despesas jurídicas a)	(54.302)	(16.069)
Outras	(2.971)	(3.085)
Total	(85.734)	(45.658)

a) Conforme mencionado na nota 1 de contexto operacional foi reconhecido o montante de R\$ 33.523 referente aos encargos judiciais e impostos do processo de arbitragem com a bpGM.

	2024	2023
29 Outras despesas e receitas		
Outras receitas		
SFA - Share Facility Agreement a)	35.821	-
Recuperação de despesas b)	4.264	-
Imobilizado	3	5
Seguros	-	20.134
Outras	10	9
Total	40.098	20.148

Outras despesas
Impostos - (1.862)
Imobilizado (4) (98)
Perda (133) -
Impacto Liquidated damage c) - (101.640)
Total (137) (103.600)
30 Resultado financeiro
Despesas financeiras (39.961) (83.452)

	2024	2023
Outros resultados		
a) A partir do início do SFA (Share Facility Agreement), a UTE GNA I emitirá mensalmente para a UTE GNA II uma taxa denominada "Monthly Charge" referente ao compartilhamento de infraestrutura necessárias para a operação da UTE GNA II. b) Acciona – Em 05/08/24 foi concluído o acordo, onde foi dada a quitação do saldo devido entre UTE GNA I e Acciona, onde parte do valor foi reconhecido como recuperação de despesas. c) Após finalização das negociações comerciais junto ao EPC do projeto, a Cia. reconheceu em junho de 2023, uma baixa de parte do recebível das <i>Delayed Liquidated Damages</i> referentes à indenização pelo atraso da entrada operação comercial conforme estabelecido em contrato EPC no montante líquido de R\$ 101.640.		
30 Resultado financeiro		
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(411.134)	(382.462)
Encargos financeiros	(10.866)	(24.681)
Custo de transação	(41.790)	(42.181)
Juros de arrendamento	(87.721)	(91.075)
Perda em operações de Hedge (NDF)	(262)	(94.183)
Comissões e corretagens	(23.118)	(18.655)
Juros sobre mútuos	(24.618)	(26.690)
IOF	(3.332)	(1.969)
Juros e multas contratos subordinados	(6.154)	(6.302)
Juros e multas	-	(23.071)
Despesa variação cambial de arrendamento	(147.017)	(55.480)
Variação cambial	(40.444)	-
Despesa variação cambial contrato subordinado	(182.947)	-
Outras	(5.652)	(7.31)
Total	(985.055)	(765.480)

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita variação cambial de arrendamento	21.097	94.631
Variação cambial	-	7.975
Receita variação cambial contrato subordinado	49.860	30.240
Juros sobre aplicações financeiras	23.257	18.730
Ganho em operações de Hedge (NDF)	1.379	87.941
Outras	393	2.172
Total	95.986	241.689

Resultado financeiro líquido
31 Gestão de riscos financeiros: a. Considerações gerais e políticas internas: A gestão dos riscos financeiros da Cia. segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos de mercado.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 6 meses	6 a 12 meses	2026	2027	2028	2029 em diante
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	102.296	102.296	37.039	65.257	-	-	-	-
Contas a Pagar – partes relacionadas	1.096.362	1.096.362	63.909	257.927	114.679	191.132	458.716	-
Mútuos - partes relacionadas	241.751	241.751	-	-	-	96.700	128.128	16.923
Empréstimos	3.610.148	7.230.354	215.765	221.896	505.905	381.335	401.206	5.564.247
Passivos de arrendamento	781.059	2.279.380	39.551	40.171	96.818	100.225	100.105	1.902.510
Passivos financeiros derivativos								
Non-deliverable Forwards (NDF)	9.462	-	5.119	-	4.342	-	-	-

d. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Cia. incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito junto a instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Cia. segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com saudável qualidade de crédito. E realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de LP publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Cia. possui operações.

	Moody's	S&P	Fitch
Banco BTG Pactual	AAA.br	brAAA	AAA(br)
Banco Bradesco	AAA.br	brAAA	AAA(br)
Banco ABC	AAA.br	brAAA	AAA(br)
BR Partners	AA.br	-	AA(br)
Banco BV	AA+.br	brAAA	-
BNP	A.br	brA+	AA-(br)
Citibank	-	brAAA	AAA-(br)
Santander	AAA.br	brAAA	AAA-(br)
Banco Itaú	AAA.br	brAAA	AAA-(br)
Banco do Brasil	AAA.br	brAAA	AAA-(br)

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Cia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2024	2023
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	425.055	186.580
Clientes	294.430	202.901
Depósito bancário vinculado	43.064	96.883
Instrumentos financeiros derivativos	5.990	(12.219)

e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: A Cia. possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre prolegias pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Cia. adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge das Non-Deliverable Forward - NDF:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Cia. pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

	2024	2023
Ativo		
Circulante	5.119	-
Não circulante	4.343	-
Total do Ativo	9.462	-
Passivo		
Circulante	-	16.951
Não circulante	-	2.403

	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (BRL)	Canário provável	Impacto canário (II)	Impacto canário (III)
Operação NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,4603	(56.460)	9.462	(6.275)	(23.003)
Exposição líquida				(56.460)	9.462	(6.275)	(23.003)
Operação Passivo de arrendamento IFRS 16 USD							
Exposição líquida	Dólar	Alta do dólar	6,1923	(539.414)	(125.920)	(134.854)	(263.707)
				(539.414)	(125.920)	(134.854)	(263.707)
Operação Contrato de pagamentos subordinados							
Contrato de <i>Operation and maintenance</i> (O&M) e <i>Long term maintenance plan</i> ("LTMP") com a Siemens Energy	Dólar	Alta do dólar	6,1923	(34.393)	(5.641)	(8.598)	(17.196)
Contrato de Flexible fee com a BP Global	Dólar	Alta do dólar	6,1923	(348.650)	(75.768)	(87.163)	(174.325)
Exposição líquida				(383.043)	(81.410)		



UTE GNA | GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

de seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/24 e 2023, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2024	2023
Property / BI	3.096.150	2.426.233
CBI - FSRU	519.849	406.431
Terrorismo	396.307	309.843
Responsabilidade Civil - Operação	247.692	193.652
Transporte de Equipamentos Importados	15.481	37.901
Responsabilidade Civil (Operador Portuário)	154.808	121.033
Responsabilidade Civil (Ambiental)	12.000	10.500
Transporte GNL	390.115	152.501
Garantia Aduaneira	1.683	1.683
Cyber Security	10.000	

33 Compromissos assumidos: Em 31/12/24, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$ 12.983.464 (R\$ 11.257.329 em 31/12/23), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.

	2024	2023	Descrição
Ativo			
Imobilizado/Intangível			
Adiantamentos para formação de imobilizado	3	1.359	Manutenção e qualidade do Ar, serviço de vigilância, consultorias, estudos e projetos.
Peças Sobressalentes - Manutenção	1.016.565	925.915	Peças de substituição e manutenção da Térmica e gastos com a importação.
Intangível	1.473	2.446	Licenças de sistemas.
Total Imobilizado/Intangível	1.018.041	929.720	
Total Ativo	1.018.041	929.720	
Resultado			
Custos	11.861.966	10.207.123	Contratos de operação da térmica, operações e manutenção do FSRU.
Despesas Gerais e Administrativas	71.113	92.115	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira, despesas com escritório, benefícios para funcionários.
Custos de Transações	32.344	28.371	Gastos atrelados aos Financiamentos, Debêntures.
(Despesas Financeiras)			
Total Resultado	11.965.423	10.327.609	
Total Geral	12.983.464	11.257.329	

34 Eventos subsequentes: • Pagamento da dívida semestral (BNDES, KFW e Debêntures); Nos dias 02 e 15/01/25, a UTE GNA | Geração de Energia S.A. - RJ - RJ referente ao principal e juros do empréstimo e financiamento com BNDES, KFW e debêntures conforme prazo estabelecido no contrato de financiamento.

Emmanuel Charles Delfosse - Diretor Presidente;
Gustavo Artur Ciocca Zeno - Diretor Financeiro;
Fábio Herlain de Cerqueira - Contador - CRC: 106747/O-7 RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras:
Aos Acionistas e Diretores da UTE GNA | Geração de Energia S.A. - RJ - RJ.
Opinião: Examinamos as DFs da UTE GNA | Geração de Energia S.A. - (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/24 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em

nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da UTE GNA | Geração de Energia S.A. em 31/12/24, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** - Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes: Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que, apresenta a mudança nas políticas contábeis adotadas pela Cia. em 2024; os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram o mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Veja Nota Explicativa 5 e 16 das DFs: **Principal assunto de auditoria:** Conforme requerido pelo CPC 01/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Cia. avaliou se houve no exercício findo em 31/12/24 alguma indicação dos ativos terem sofrido desvalorização que resultasse em necessidade de estimar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Para essa avaliação, a Cia. efetuou estudo em base a fontes externas e internas de informação, incluindo principalmente: mudanças no cenário macroeconômico que possa afetar a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa futuro descontado; e mudanças na previsão de despacho térmico, concluindo não haver indicativos de que o valor contábil de quaisquer ativos exceda seus valores recuperáveis. Devido a relevância dos montantes envolvidos dos ativos e às incertezas e aos julgamentos inerentes ao processo de avaliação de indicações de redução ao valor recuperável de ativos, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das DFs. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do estudo para avaliação de indicação de redução ao valor recuperável dos ativos. (ii) Avaliação das premissas utilizadas no estudo preparado pela administração, incluindo mudanças na taxa de desconto e previsão de despacho, comparando-os com informações de mercado disponíveis, com relatório de consultores externos contratados pela administração e com a projeção do exercício anterior. (iii) Avaliamos ainda se as divulgações nas DFs consideraram as informações relevantes, principalmente em relação à avaliação dos indicadores de redução ao valor recuperável do ativo. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, mas não limitados a eles, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos, no contexto das DFs, relativas ao exercício findo em 31/12/24. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/24, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs. **Res-**

ponsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 25/02/25. KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira Contadora CRC RJ-095335/O-0